

UniCEUB- Centro Universitário de Brasília
FCJS- Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Relações Internacionais

**EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO
BASE PARA A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NUM
MUNDO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO**

ALUNA: ISABEL CRISTINA CAMPELO DA SILVA

Brasília
2005

ISABEL CRISTINA CAMPELO DA SILVA

**EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO
BASE PARA A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NUM
MUNDO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO**

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso
de bacharelado em Relações
Internacionais do UniCEUB-
Centro de Ensino Universitário de
Brasília.

Orientador: Prof. Alaor Sílvio
Cardoso

Brasília

2005

“ Na sociedade instruída, as pessoas que sabem as soluções já dadas são mendigos permanentes. Pessoas que aprendem a inventar soluções novas são aquelas que abrem portas até então fechadas e descobrem novas trilhas. A questão não é saber uma solução já dada, mas ser capaz de aprender maneiras novas de sobreviver.”

Antonio G. Mota

AGRADECIMENTOS

À meus pais, Antonio e Espedita, e irmãos, Maria Isabel e Antonio Marcos pelo carinho e apoio incondicionais, oferecidos durante todo o curso, que me permitiram o equilíbrio e a inspiração para vencer as dificuldades encontradas.

Ao meu orientador, professor Alaor Sílvia Cardoso, um agradecimento especial, pela paciência e apoio demonstrados nessa jornada conjunta.

Aos professores do curso, pelas suas críticas, ensinamentos metodológicos e sugestões bibliográficas quando da preparação do projeto e pelas úteis contribuições ao longo da pesquisa.

Por fim, aos meus colegas, amigos e instituições e todos aqueles que contribuíram para o bom êxito deste trabalho.

Muito Obrigada.

RESUMO

Esta monografia ressalta a problemática educacional brasileira e a qualificação profissional como a base para a competitividade em um mundo em constante transformação. Foi estabelecido como objetivo geral deste trabalho contribuir para a compreensão dos principais elementos que deveriam subsidiar as estratégias da política macroeconômica, no sentido de amenizar os impactos do novo perfil de competição internacional que vem crescendo nos últimos anos. Neste contexto, foi enfatizado a necessidade de se ponderar algumas interpretações, especialmente aquelas relacionadas a uma estreita vinculação entre educação, preparação para o trabalho e competitividade internacional. Deste modo, a análise realizada foi guiada por dados de natureza quantitativa na inserção do Brasil em uma nova ordem mundial chamada globalização. Desta maneira, face à solicitação de uma nova força de trabalho, com mais escolaridade e habilidades favoráveis à aquisição de uma nova qualificação que estão sendo definidas, verificou-se a urgente revisão das proposições desenhadas tendo como objetivo o desenvolvimento socioeconômico sustentado do Brasil.

ABSTRACT

This monograph is about the Brazilian educational problematic and professional qualification as the basis to the competitiveness in a growing transformation world. It was established as the general objective of this work to contribute to the comprehension of the main elements which ought to subsidize the strategies of the macroeconomic politics in sense of becoming less difficult the impacts of productive reformation over the Brazilian worker conditions as a necessary factor to difuse the new international competitive profile raised in the recent years. In this context, it was emphasized the need to ponder some interpretations, specially those related to a strait vinculation among education, preparation to work and international competitiveness. For this, the realized analysis was regulated by secondary data of quantity nature in the inserction of Brazil in a new world order called globalization. By this way, face to the solicitation of a new work force, with more schooling and favorable habilites to the acquisiton of new qualifications that are been defined, it is verified a urgent revision of the propositions designed, having as objective for the sustained socioeconomic development of Brazil

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadros

Páginas

1. Carreiras combinadas	32
2. Ranking da competitividade internacional em 2004	48
3. Burocracia para abrir uma empresa	52
4. Burocracia para fechar uma empresa	52

Tabelas

1. O fenômeno coreano	50
-----------------------	----

SIGLAS UTILIZADAS

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTb - Ministério do Trabalho

PIB - Produto Interno Bruto

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

ÍNDICE

	PÁGINA
Resumo	
Abstract	
Lista de Quadros e Tabelas	
Siglas Utilizadas	
Introdução	10
Capítulo 1 –Problema.....	12
Capítulo 2 – Abordagem Teórica.....	23
.	
Capítulo 3 -Metodologia	26
Capítulo 4 – A Educação no Brasil e a Qualificação Necessária no Contexto da Reestruturação Produtiva Iniciada na Última Década	28
Capítulo 5 – Educação e Competitividade Internacional : o caso brasileiro.....	44
Capítulo 6 – Conclusão	54
Bibliografia	56

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens absoluta e relativa, na escolaridade e qualificação da força de trabalho explicam, de modo significativo, os problemas de organização e desenvolvimento interno, acrescidas das preocupações em converter as estruturas produtivas de forma a obter uma inserção internacional dinâmica na economia globalizada.

Todavia, existe uma enorme e expressiva sucessão de obstáculos de ordem quantitativa e qualitativa, que além de dificultarem essa objetivação interferem na busca de alternativas frente ao aumento da exposição do país à competição internacional e às modificações que se observam em escala mundial nos últimos anos, a saber: infra-estrutura inadequada, legislação trabalhista restritiva, ineficiência burocrática, excessiva carga tributária, baixa escolaridade da força de trabalho brasileira, etc.

Não obstante, acrescenta-se a esse contexto, a implantação de um novo paradigma tecnológico no cenário mundial, o qual transformou o baixo nível de educação básica e, conseqüentemente, a deficitária preparação para o mercado de trabalho do trabalhador brasileiro, como fatores restritivos a expansão de um mercado moderno e mais atrativo aos investimentos estrangeiros no país, além de outros elementos citados anteriormente.

Desta forma, se há algum tempo, a educação era um tema tratado como um problema social, hoje ela merece um destaque muito maior na agenda dos países que discutem a temática referente aos efeitos sociais e econômicos do ponto de vista do emprego em relação ao desenvolvimento tecnológico e a necessidade de formulação de políticas destinadas a influenciar a direção desse processo.

Diante do cenário competitivo e das necessidades imperiosas, de fornecer ao trabalhador brasileiro capacidades novas para enfrentar esta realidade, a presente monografia foi elaborada no sentido de caracterizar a educação no Brasil e a qualificação necessária como peças chaves para atingir um nível de produtividade e competitividade apropriados ao desenvolvimento socioeconômico sustentado do Brasil.

Feitas essas considerações, este estudo busca num primeiro momento, analisar de forma sucinta a conjuntura atual, suas transformações políticas, econômicas e sociais, apresentando uma introdução teórica sobre os conceitos de globalização, educação, qualificação e competitividade, que possibilitam e/ou condicionam a discussão e as políticas em torno da redefinição do horizonte de desenvolvimento do nosso país. Num segundo momento, examinamos a perspectiva assumida, na qual o novo paradigma tecnológico, em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, transformou o baixo nível de escolaridade e qualificação que caracteriza a maior parte da mão-de-obra brasileira, em fator restritivo ao aumento da capacidade competitiva do país.

Capítulo 1

PROBLEMA

Discutir a educação e a qualificação profissional como os instrumentos mais importantes para a formação da capacidade competitiva de um país: o caso brasileiro.

Pode-se afirmar que foi somente no século XX que a economia tornou-se verdadeiramente global, com base na moderna infra-estrutura, propiciada pela tecnologia de informação e da comunicação. O avanço tecnológico da informática e também dos meios de comunicação em geral, foi o responsável pela diminuição do tempo gasto na realização de inúmeras tarefas realizadas pelo ser humano, com diferentes técnicas, principalmente da técnica de informatização por meio da cibernética, da informática e da eletrônica. São essas técnicas que permitem, atualmente, um processo acelerado dos negócios a nível mundial.

Todos os países enfrentam o fenômeno da globalização da economia, e em países menos desenvolvidos a preocupação é maior, uma vez que esta provoca o aumento de produtividade, mas por meio de tecnologias que absorvem menos mão-de-obra, e assim, conseqüentemente, serão melhores os salários e as condições de trabalho para trabalhadores mais qualificados, enquanto os menos qualificados perderão seus empregos ou passarão para empregos piores.

No caso das empresas, estas passam a operar em escala planetária, retirando de cada lugar o maior proveito, como mão-de-obra dos trabalhadores, além do investimento em outros setores da economia no país, como por exemplo, na infra-estrutura básica.

Para a América Latina em particular, a sua integração no cenário global é inevitável, e o seu sucesso dependerá da sua capacidade de integração nos mercados globalizados.

O papel do setor público será crucial nesses países, pois a condição necessária para o sucesso desses países é dada pela sua capacidade de reestruturação de suas economias, ou a habilidade para concretizar reformas que estimulem o aumento de sua capacidade produtiva e a competitividade, com melhores práticas mundiais.

Visto deste modo, chama-nos a atenção os comentários do consultor norte-americano Michael Fairbanks, que juntamente com Stace Lindsay escreveram o livro *Arando o Mar: fortalecendo as forças ocultas do crescimento em países em desenvolvimento*.

Em entrevista concedida à repórter Flávia Bessoni para a Revista RUMOS, Fairbanks analisa sua obra definindo como os países latino-americanos podem vencer, o que os próprios autores consideram como “as forças ocultas do desenvolvimento”, ou seja estes países devem investir em “fatores difíceis de ver e mensurar, mas que podem criar vantagens competitivas sustentáveis”. Para Fairbanks, os países latino-americanos precisam “aprender que o fato de possuírem recursos naturais em abundância e mão-de-obra barata não é suficiente para fazer suas economias prosperarem”, e assim:

Em primeiro lugar, precisam criar instituições eficientes, que trabalhem em clima de colaboração. Em segundo lugar, produzir conhecimento. As empresas latino-americanas têm que investir em pesquisa e desenvolvimento, tentando se alinhar em termos tecnológicos, com padrões internacionais (...). Em terceiro lugar, vem o capital humano. O único investimento com retorno infinito é o que se faz na criança (...). Os países e regiões que hoje progredem mais rapidamente são aqueles que gastam 25% da sua renda *per capita* em educação primária (...). A última forma oculta de crescimento, que eu apontaria, é a mais difícil de mensurar, mas também da maior importância: a atitude. Uma atitude que facilite a inovação, a colaboração, e que permita olhar para o futuro, em vez de permanecer debruçado sobre o passado (Bessone, Revista Rumos, outubro/2000, p.4-8).

Para Rubens Ricupero (2001) pensar numa agenda para o futuro do nosso país implica, não obviamente direcioná-la apenas para orientação macroeconômica, como quer “o reducionismo econômico” mas envolvê-la em três questões de recomendação política que lhe são fundamentais, ou seja:

empreender ofensiva maior na área social; [sic] manter e melhorar a estabilidade macroeconômica; [sic] engajar-se em políticas de competitividade no nível de empresas, inovação e incorporação de tecnologia, de apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, de criação de cadeias de suprimento entre essas empresas locais e as grandes empresas transnacionais, de promoção de investimentos. Em resumo, as

políticas macroeconômicas não bastam, apesar do fascínio que exercem sobre os dirigentes latino-americanos, por proporcionarem resultados tangíveis a curto prazo. Têm de ser complementadas por conjuntos articulado e coerente de estratégias microeconômicas capazes de abrir o caminho da competitividade em comércio exterior e consequente redução da excessiva dependência de financiamento estrangeiro (2001, p.93-94).

Neste contexto, nos últimos anos presenciamos a intensificação e o aprofundamento de mudanças substanciais na dinâmica do sistema internacional, o qual o Brasil não esteve imune e que influenciaram decisivamente nas relações, conteúdos, estrutura do trabalho e educação, em nossa sociedade.

Capítulo 2

ABORDAGEM TEÓRICA

As inúmeras transformações do processo geopolítico recente, o colapso do socialismo, a formação dos blocos econômicos e as revoluções tecnológicas e culturais, abriram, a discussão para uma nova etapa, identificada por vários autores como “globalização”.

A interpretação do termo “globalização” não é unânime. Para alguns autores, os termos “globalização” e “mundialização” são quase sinônimos, mas para outros autores o sentido de ambos os conceitos possuem elementos diferenciados. Mas mesmo amplo e polêmico, tal discussão não perdeu sua importância. Na concepção do especialista François Chesnais, a mundialização do capital é bem mais que uma fase suplementar no processo da internacionalização do capital industrial em curso desde faz mais de um século.

Para Chesnais:

por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico a palavra “globalização” ou “mundialização” representa um convite a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Isto não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também à economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, dominação e dependência entre Estados (1996, p.18-9).

Octávio Ianni em *A Sociedade Global* nos apresenta a tese de que é como se vivêssemos um novo recomeço, e assim:

mesmo realidades anteriormente muito bem interpretadas, nos horizontes da sociedade nacional, precisam ser repensadas, pois realizam-se em outros termos, diferentes, novas, surpreendentes. O contraponto singular, particular e universal adquire outros significados, envolve outras mediações. As mediações, determinações e tendências da

realidade social estão impregnadas de articulações simultaneamente micro, macro e meta. (2002, p.177).

O fenômeno da “mundialização” ou da “globalização” não é como querem alguns, um fenômeno próprio da década de 1990. Ele possui seus alicerces no pós-guerra, tomou fôlego a partir do início dos anos 70 e, ao longo da década de 80 até os dias atuais, engendra uma nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, seus mercados, capitais e serviços financeiros.

Para alguns autores como Vieira:

A Globalização implica uma nova configuração espacial da economia mundial, como resultado geral de velhos e novos elementos de internacionalização e integração. Mas se expressa não somente em termos de maiores laços e interações internacionais, como também na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, consumo, vida ou pensamento, resultam do jogo das pressões competitivas do mercado, das experiências políticas ou administrativas, da amplitude das comunicações ou similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio da organização econômica, das relações sociais, dos padrões de vida e cultura, das transformações do Estado e da política (1997, p.73-4).

É oportuno ressaltar que todas essas mudanças desaguaram, e ainda deságuam, na configuração de uma nova ordem internacional.

Assim nessa fase histórica, as idéias de soberania, intervenção estatal, Estado Nacional, entre outras, passam por um processo de reavaliação e de adequação à nova realidade motivada pela atuação, cada vez mais hegemônica do capital financeiro internacional.

Desta maneira, as profundas e rápidas transformações em andamento no mundo contemporâneo, principalmente nas últimas décadas está impondo, em vários níveis, uma ruptura com o passado.

O sociólogo Alain Touraine, em sua obra *Crítica da Modernidade*, se expressou da seguinte maneira sobre os anos 90: “É verdade que neste final de século XX vemos sobretudo deslocar-se o pêndulo da história da esquerda para a direita; depois do

coletivismo, o individualismo; depois da revolução, o direito; depois da planificação, o mercado”(1995, p.375).

O mercado passaria a gerar a lógica para a produção ditando as normas a serem seguidas pelas empresas e até para nações inteiras que dependem do lugar que ocupam na estratificação mundial para sua sobrevivência.

Para Touraine:

alguns vencem a correnteza, outros se afogam. A idéia de sociedade é substituída pela de mercado e esta mutação adquire uma aparência dramática com a derrocada do sistema comunista (...) Ei-nos portanto, no Leste como no Oeste, embarcados numa sociedade formada por três grupos: os pilotos, grupo pouco numeroso, não daqueles que comandam, mas que respondem às incitações do mercado e do meio-ambiente em geral; os passageiros, que são os consumidores e ao mesmo tempo membros da tripulação, e os náufragos que foram atirados ao mar como inúteis ou sobrecargas. Esta sociedade liberal, que substitui a sociedade de classe divulgada pela social-democracia ou por outras formas de Estado - providência, substitui a exploração pela exclusão e, sobretudo, substitui um modelo de funcionamento por uma estratégia de mudança; uma visão sincrônica por uma visão diacrônica (op.cit, 1995, p.191).

Neste diferente reordenamento mundial, um novo modelo de acumulação de capital e regulação social passa a ser definido. A miséria absoluta, a fome, a violência, as doenças endêmicas, o desemprego e o subemprego atingem de modo diferente os países do eixo Norte e Sul expressos nos custos sociais e humanos.

Utilizando como subsídios a leitura de Corsi percebe-se que:

a globalização, do ponto de vista econômico, funda-se em variados processos concomitantes e interligados, quais sejam: a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores, a formação de mercados de capital, de câmbio e de títulos de valores globais, a formação de um mercado mundial unificado, a formação de uma nova divisão internacional do trabalho baseada em uma certa desconcentração industrial e a formação de espaços onde se processa uma produção globalizada. Observa-se também uma nova onda de inovações tecnológicas (informática, robótica, biotecnologias, etc.), que foi fundamental para viabilizar alguns destes processos (1999, p.103).

Neste ideário a face mais visível da globalização é a informatização e a automação, porém não é a única, pois outros elementos como a descoberta de variadas oportunidades de uso de tecnologias apropriadas de produção, bem como seu uso alternativo, foram impulsionados pelos impactos da globalização em curso.

Na visão de Naisbitt:

A tecnologia - especificamente as comunicações sem fio – está tornando obsoleta a maioria das regras tradicionais. Sistemas baseados no rádio, como os telefones celulares, já não são o monopólio de uma elite privilegiada. A tecnologia está se popularizando, e os preços estão caindo. Além disso, com os acordos de “perambulação”, que permitem aos usuários de telefones celulares, realizarem chamadas para além das fronteiras nacionais, qualquer pretensão remanescente de controle mostra-se inútil (1994, p.75).

Como anteriormente salientado, a globalização não é um fenômeno novo e, ao contrário do que a literatura atual geralmente apresenta, repleta unicamente de aspectos negativos. Naisbitt, em sua obra *Paradoxo Global* aponta que “ na tendência mundial prevalece a importância do indivíduo em detrimento do predomínio do Estado”. Em outras palavras, o seu pensamento preconiza que a substituição do “exercício do poder está mudando do Estado para o indivíduo”, fenômeno este presente não só na esfera política, mas social, cultural, organizacional entre outras (op.cit., p.50).

Ademais, segundo Naisbitt, as revoluções tecnológicas com ênfase nas telecomunicações, estão presentes neste novo ambiente, atuando como mola propulsora de intermediação deste processo, na medida em que “ampliou o papel do indivíduo, ao propiciar maior acesso às informações” no menor tempo possível, seja com um grande ou pequeno número de pessoas, ou mesmo em “qualquer lugar e a qualquer momento”(op.cit., p.317).

Tais condições aprofundam as diferenças na acentuada predominância tecnológica, de alguns, por exemplo e a fragilidade econômica e concorrencial de muitos, resultando disso que a sobrevivência econômica das nações dependerá, doravante , das habilidades de criação, inovação, renovação e adaptação respectivas no processo produtivo e na divisão internacional do trabalho nas economias atuais.

Portanto, sendo um dos assuntos mais discutidos na atualidade, o processo da globalização não é uniforme, não atinge todos os países da mesma maneira e não atinge a todos os que vivem no mesmo país do mesmo modo. É importante destacar que cada país possui características que lhe são particulares, características estas que não podem ser desconsideradas, tendo em vista este fenômeno chamado globalização que não se dá só na esfera da economia, ainda que esta seja determinante.

Visto desse modo, a despeito das inúmeras controvérsias que este tema – globalização/internacionalização – gera, existe um consenso em torno de alguns pontos: o mundo se globalizou, não só em suas dimensões econômicas – a busca de novos mercados e a competitividade internacional – mas também nas suas dimensões culturais e políticas, implicando transformações significativas na relação capital e trabalho, entre outras.

A análise exploratória destes cenários anteriormente descritos revela um quadro complexo de desafios a serem enfrentados em relação a este fenômeno intitulado globalização/reestruturação produtiva nas últimas décadas. O processo de reestruturação produtiva atinge todos os países que se consideram parte de uma economia globalizada, exigindo maior competitividade e introduzindo, ainda, estratégias de racionalidade e redução de custos com sérias conseqüências para os níveis de emprego. Desta forma, postos de trabalho que tradicionalmente garantiam estabilidade, não existem mais.

Amartya Sen, citado por Silva Júnior (2004, p.45) afirma que a característica mais acentuada da nova ordem global é a “desigualdade entre os países e dentro deles”, e salienta dizendo, que a “questão crucial é como dividir os ganhos potenciais da globalização entre os países ricos e pobres e entre diferentes grupos dentro desses países”.

O desemprego é um problema que afeta praticamente todos os países da atualidade. É uma angústia sem limites que alcança todos os setores da sociedade e pode muito bem ser entendida através da seguinte citação da ensaísta francesa Viviane Forrester:

Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo desemprego projeta, apesar de fora de uso, mas ainda determinando seu estatuto. O fenômeno atual do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. De fato, a forma contemporânea daquilo

que ainda se chama desemprego jamais é circunscrita, jamais definida e, portanto, jamais levada em consideração (...)

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é o objeto de uma lógica planetária que supõe a suspensão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos (1997, p.10-11).

Vivemos, por conseguinte, em um ambiente de desemprego estrutural, ou seja, um processo de desocupação crônica motivado pela própria organização econômica vigente.

A utilização maciça da robótica e da informática se constitui em um dos principais causadores do crescimento do desemprego. Todavia, o desemprego não é decorrência exclusiva da utilização de inovações tecnológicas. Grande parte da desocupação deve-se ao elevado corte de gasto em busca da competitividade internacional através do rebaixamento dos custos de produção em todos os níveis da economia.

Para o sociólogo italiano Domenico de Masi:

O mercado de trabalho é implacável; num dos pratos da balança vão-se empilhando os desocupados à cata de emprego; do outro vão sumindo os postos de trabalho disponíveis. As pessoas em busca de trabalho aumentam por uma dezena de bons motivos: cresce a população global do planeta; aumentam as pessoas escolarizadas que querem ver frutificar o sacrifício investido no estudo; continua o êxodo dos camponeses para as cidades; também as massas assoladas do Terceiro Mundo querem trabalhar e, se não encontram trabalho em suas pátrias, vão procurá-lo no Primeiro Mundo; as mulheres no passado excluídas das ocupações remuneradas, também querem trabalhar; querem trabalhar, também, muitos deficientes, com ajuda de novas próteses; querem trabalhar os anciãos, uma vez que a vida se prolongou e os deixa com boa saúde até poucos meses antes de morrer (...) no outro lado da balança os postos disponíveis crescem a um ritmo muito mais lento do que o número de postulantes. Aqui também os motivos são claros, as novas tecnologias conseguem cada vez mais suplantar o trabalho humano, não só nas atividades físicas dos serventes como também nas intelectuais, dos profissionais liberais; os progressos organizacionais conseguem combinar sempre melhor os fatores produtivos, de modo a obter um número crescente de produtos por um número decrescente de horas trabalhadas; a globalização permite instalar fábricas no Terceiro Mundo e atingir bens e serviços em países ainda que muito distantes, evitando produzi-

los no mesmo lugar; diminuem os casos e os períodos de doença para os quais as substituições são cada vez menos necessárias; ampliam-se as privatizações, que se traduzem fatalmente em reduções do quadros funcionais. A tudo isso juntam-se as fases conjunturais de inflação e recessão (Masi, 1999, p.16-17).

Atualmente, o desemprego não está só se ampliando, atingindo cada vez um maior número de trabalhadores, como está se modificando em suas características básicas: o tempo no qual as pessoas permanecem na condição de desempregados também se amplia, com isso, algumas se vêem fadadas a nunca mais retornarem ao mercado de trabalho – é o desemprego permanente.

Aprofundando essa linha de raciocínio; o novo panorama internacional trazido pelo fenômeno da globalização, baseado no desenvolvimento científico e tecnológico, sugere a necessidade de repensar as próprias formas de sobrevivência que serão possíveis no futuro. Conceitos que envolvem uma nova concepção de emprego, trabalho e atividade produtiva, mas que necessitam de políticas específicas de emprego, que por sua vez têm poucas chances de sucesso, sobretudo se combinadas com a ausência de políticas macroeconômicas que envolvam o trinômio educação, qualificação profissional e competitividade.

Articulados à globalização da economia, constituíram-se nas últimas décadas um complexo conjunto de mudanças ligadas ao trabalho e ensino, que compõem um novo conceito de profissionalização.

Segundo Fogaça e Eichenberg:

a velocidade da incorporação de novos processos tecnológicos na esfera da produção (como de resto nos mais diversos setores da sociedade) e as alterações concomitantes nos métodos de trabalho e de organização da produção direta colocaram outra vez em relevo a centralidade de uma educação de qualidade para toda força de trabalho, no sentido de garantir o alcance de altos níveis de produtividade e competitividade. Assim, parece cada vez mais nítida a permanência, para países como os Brasil, em dedicar esforços significativos para ajustar seu sistema educacional os requisitos que o novo padrão produtivo vem rapidamente impondo (Fogaça e Eichenberg *apud* Reis Velloso e Albuquerque, 1993, p.97).

Nesse sentido, não se deve dissociar a política pública que orienta a educação formal e a educação para o trabalho. A primeira propicia ao educando o acesso a um somatório de conhecimentos que se sofisticam à medida que progride em seus estudos. Já a educação para o trabalho, o qualifica para o exercício de um único emprego que, no entanto, estaria fadado à extinção. Vale ressaltar, o exemplo dos cobradores de ônibus de São Paulo que devem desaparecer, dentro de um ano, assim como sumiram os acendedores de lampião a gás e os recadeiros nos séculos anteriores.

Visto desta forma, os conceitos de educação, qualificação profissional e competitividade devem ser redefinidos diante da diversidade e da pluralidade de práticas organizacionais emergentes nas sociedades contemporâneas. Ou seja, novas formas de gestão do trabalho, flexibilidade, terceirização, além de um uso e abuso crescente de formas precárias de trabalho, de subcontratação. Nesse contexto, antigos conceitos considerados solidificados perdem espaço para outros novos.

Para se entender a dinâmica das sociedades contemporâneas importa assinalar que o trabalho, como atividade humana, não foi sempre concebido, nem valorizado, da mesma maneira. Mesmo o conteúdo e a forma de trabalho mudaram através do tempo, de acordo com o avanço das forças produtivas. Nossas referências históricas para os conceitos de trabalho e qualificação profissional emergiram, no final do século XVIII na Inglaterra, e serviram de parâmetros consultivos fundamentais da “civilização ocidental”.

No início do século XX tínhamos uma perspectiva muito favorável para o futuro. Economistas e outros estudiosos do modelo capitalista – que prima pelo aumento da produtividade através do aperfeiçoamento tecnológico – previam um mundo harmonioso com máquinas trabalhando e homens empenhados em atividades de lazer, cultura e arte. Entretanto, no final do século passado, encontramos uma humanidade atormentada, sem perspectivas de futuro.

O norte-americano Jeremy Rifkin, publicou em 1995, um livro polêmico e muito discutido nos Estados Unidos intitulado *The End of Work*. Rifkin defende sua tese afirmando que 800 milhões de pessoas estariam desempregadas ou subempregadas no mundo todo.

Para o citado autor, o explosivo progresso tecnológico introduziu equipamentos e processos novos em ritmo crescente, ensejando a execução de rotinas de trabalho com cada

vez menor número de pessoas, substituindo rapidamente os seres humanos por máquinas em quase todos os setores da indústria e da economia globalizada.

E assim, para Rifkin:

Milhões de trabalhadores foram permanentemente eliminados do processo econômico, e todas as categorias profissionais foram reduzidas, estão sendo reestruturadas ou desapareceram. A era da informação chegou. Nos próximos anos, novas ou mais sofisticadas tecnologias de informática vão levar a civilização mais perto de um mundo quase sem trabalho. Nos setores agrícola, industrial e de serviços, máquinas estão substituindo o trabalho humano e preconizando uma economia com produção quase totalmente automatizada em meados do século XXI. A maciça substituição de trabalhadores por máquinas vai forçar as nações a repensar o papel do ser humano no processo social. Redefinir oportunidades e responsabilidades para milhões de pessoas em uma sociedade carente de meios de gerar empregos em massa poderá ser o grande desafio social do próximo século (Rifkin, 1995, p.XV).

Internacionalizados pela quebra de barreiras regionais, os Estados, agora mundializados ou globalizados, passam a expressar a unidade econômica do planeta, onde a produção de bens e serviços, o comércio, as empresas, os mercados de bens de produção e de força de trabalho são arrastados para a competitividade global, atropelada pela compulsividade e eficiência nos dias atuais. A palavra de ordem é a competitividade a todo e qualquer preço. Quando colocamos em termos de disputa de mercado pelos países, o significado é que o capitalismo de hoje é o capitalismo dos que têm melhor capacidade de sobreviver.

Não obstante, no Brasil e em outros países periféricos a lógica da economia de mercado sofreu uma adequação que ao longo dos últimos anos tem demonstrado em alguns casos o seu lado “perverso” em termos de geração de empregos para os menos qualificados. Países como a Alemanha e o Japão, com sociedades mais organizadas, reagiram defensivamente a ameaça de redução do número de trabalhadores, implementando mecanismos públicos de regulação e políticas de defesa de produção e do emprego, amenizando o custo social em patamares nitidamente inferiores em relação aos demais.

Sobre essa problemática Carvalho (2000, p.117), observa que o enfrentamento de tais questões envolveria, num amplo debate os diversos atores sociais, que num processo

negocial dinâmico de “co-responsabilização”, atuariam não somente no momento em que são exigidas as decisões, como de forma preventiva.

E adverte:

A internacionalização da economia, com o acesso do mercado consumidor brasileiro a produtos estrangeiros – que acirraram a concorrência com a indústria nacional – desequilibrou ainda mais a balança de forças entre o trabalho e o capital. Os trabalhadores vindos de lutas por melhores salários, tiveram de enfrentar a defesa pelos empregos, agora ameaçados pela competitividade desenfreada, a qual forçou o empresariado a adotar, quase sempre unilateralmente, maciços e apressados programas de redução de custos, centrados na automação de processos e na demissão de pessoal (...) (Carvalho, 2000, p.116).

Neste sentido, aliado às considerações anteriores, a difusão de novas tecnologias no sistema produtivo e o conjunto das mudanças que ela provocou nas últimas décadas, tem interpelado duramente a educação no seu papel de qualificação da força de trabalho e na formação das competências básicas exigidas pelo mercado de trabalho.

Para José Pastore:

No Brasil, a morte do emprego vai demorar. Mas a preparação das novas gerações de trabalhadores tem de começar já. No novo mundo do futuro só haverá lugar para quem for educado. Os demais serão párias. O trabalhador desqualificado valerá cada vez menos. E não haverá lei, constituição, partido ou sindicato que tenha força para reverter essa tendência. O emprego vai morrer mas, o trabalhador não pode morrer junto com ele. Por isso, mãos á obra! Eduquemos a nossa gente (1998, p.21).

No início dos anos 80, Naisbitt em seu livro *Megatendências – As dez grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna* já acenava para as principais transformações importantes que ocorriam em nossa sociedade. Segundo ele, nenhuma era mais sutil que a “megamudança de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação”. No seu entendimento:

A medida que passamos de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação, nós usaremos o poder de nosso cérebro para criar em lugar de usar a nossa força física, e a tecnologia do dia estenderá e ampliará nossa capacidade mental. Na medida em que tirarmos vantagens das oportunidades de desenvolvimento no trabalho e de investimento em todas as indústrias nascentes, não devemos perder de vista a necessidade de equilibrar o elemento humano em face de toda essa tecnologia (1983, p.247-248).

E advertia:

O desafio mais formidável será treinar as pessoas para trabalhar na sociedade de informações. Os empregos estarão disponíveis, mas quem terá as habilitações de alta tecnologia para preenchê-los? Não serão os graduados de hoje que não conseguem manipular aritmética simples ou escrever o inglês básico. E certamente não serão os que não estudaram, não são especializados, estão desempregados e que não podem nem mesmo encontrar colocação nas velhas indústrias em decadência. Agricultor, operário, escriturário. A próxima transição bem poderá ser para técnico. Mas esse é um salto bem maior no nível de capacidade (Naisbitt, 1983, p.248).

A partir desta perspectiva ainda há muito a fazer e a caminhar. Cabe como forma de resposta, observar que a realidade tem demonstrado que diversos fatores devem ser levados em consideração para análise tanto do papel da economia brasileira no cenário internacional, quanto da possibilidade de empregar-se no mundo globalizado, para um cidadão comum. As relações entre qualificação, educação básica, qualidade na educação, empregabilidade e competitividade internacional seriam menos questionados caso, o que de fato é proposto, fossem tratados como elementos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico equitativo e sustentável do país.

Capítulo 3

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem sistêmica do papel estratégico da educação e qualificação profissional enquanto elementos necessários a participação do nosso país num ambiente competitivo internacional no qual, não basta ter estabilidade macroeconômica para que o desenvolvimento aconteça.

Partindo de uma perspectiva analítico-interpretativa objetivou-se a revisão dos atuais padrões de inserção do trabalhador brasileiro, no que tange a educação como elemento distintivo para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos tópicos permitir-nos-á aprofundar a reflexão e a elucidação sobre as questões pertinentes ao momento político atual, com a inserção do Brasil na Nova Ordem Econômica Mundial, a chamada Globalização, na qual a competitividade é a chave do futuro.

No âmago dessa questão com a introdução de novos processos organizacionais, os avanços tecnológicos emergiram numa velocidade espantosa, representando para os trabalhadores brasileiros maiores exigências de educação e qualificação, bem como uma reviravolta nas relações de trabalho praticadas há séculos.

Valendo-se desses pressupostos teóricos, construído a partir das leituras referenciadas pela bibliografia proposta, a trajetória do nosso caminhar, seguiu os passos que descrevemos a seguir. Num primeiro momento focalizamos a conjuntura atual, na qual o processo de globalização da economia, o aumento da exposição do país à competição internacional e as modificações que se observam em escala mundial nos últimos anos - em termos de mudanças tecnológicas aceleradas - trouxeram como conseqüência a necessidade de trabalhadores com qualificação diferente daquela tradicionalmente desejada. Em lugar de especialização rígida, cada vez mais acentuada, passa-se agora para uma etapa em que se busca a inclusão de atributos como raciocínio lógico, flexibilidade, capacidade de

comunicação, de decisão e resolução de problemas, cooperação e capacidade de empreender.

Em um segundo momento, discute como o novo paradigma tecnológico em um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, transformaram o baixo nível de qualificação que caracteriza a mão-de-obra brasileira num fator restritivo à expansão de um mercado moderno e mais interessante aos investimentos estrangeiros no país, além de outros elementos, como as altas taxas de juros, carga tributária cada vez mais pesada, excesso de burocracia e a corrupção ainda presente nas instituições públicas, fazendo com que o capital produtivo - fundamental para o crescimento econômico sustentado e a criação de empresas - passasse cada vez mais longe do nosso país.

Capítulo 4

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA INICIADA NA ÚLTIMA DÉCADA

No caso brasileiro, os anos 90 presenciaram a intensificação e o aprofundamento de mudanças substanciais na dinâmica do capitalismo internacional originadas nas duas últimas décadas. O contexto de reestruturação produtiva, que ocorre do ponto de vista internacional, caracterizou-se por uma série de elementos nos quais sobressaem-se: uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e organizacionais do trabalho, a elevação da produtividade e da competitividade, que afetavam sobremaneira o volume e a estrutura do emprego, o perfil e a hierarquização das qualificações e os padrões de gestão da força de trabalho e capital; tais mudanças apresentavam também implicações significativas para a definição de uma política educacional.

Hobsbawn (1995) analisa as transformações tecnológicas ocorridas ao longo do século, e especialmente nas últimas décadas, como um “terremoto tecnológico” que transformou o mundo em três vertentes principais:

a- mudou profundamente a vida cotidiana do mundo rico e até mesmo do mundo pobre, porque possibilitou novos artefatos eletrodomésticos, gerou a “revolução verde” na agricultura e calçou agricultores por todo o mundo com sandálias de plástico, sem contar os tecidos e materiais sintéticos, os avanços na área da saúde e higiene e as mudanças nos hábitos de consumo;

b- quanto mais complexa se tornava a tecnologia mais complexo também o caminho que ia da descoberta à produção, e mais dispendioso processo de criação, ou seja, de “pesquisa e desenvolvimento”. A ciência e a tecnologia tornam-se objetivos privilegiados e passíveis de altos investimentos por parte dos governos, especialmente no setor de armas convencionais e nucleares e os complexos sistemas de defesa;

c- as novas tecnologias eram, em geral, de capital intensivo, que exigem pouca mão-de-obra (a não ser de cientistas ou técnicos altamente qualificados); substituíram parte da mão-de-obra empregada e careciam apenas de consumidores ávidos por seus produtos e serviços inovadores (1995, p.260-262).

Segundo Tomás Tadeu da Silva, citado por Carlos Cortez Romero, o conjunto das discussões que estão centradas no impacto das novas tecnologias sobre a educação pode ser resumido como se segue:

- Modificações na economia capitalista resultante de crises no processo de acumulação capitalista obrigam a uma reorganização no processo de trabalho envolvendo a adoção de novas tecnologias;
- Tais modificações representam uma mudança radical em relação às práticas fordistas e tayloristas de organização do trabalho baseadas na produção em massa e na divisão do processo de trabalho em segmentos cognitivamente vazios. As novas formas de trabalho se fundamentam na produção flexível, com forte dependência da microeletrônica e exigem um nível mais alto de conhecimento técnico e científico;
- Como consequência, as novas formas de produção requerem um trabalhador com características atitudinais e cognitivas radicalmente diferentes daquelas do trabalhador do regime fordista-taylorista. A flexibilidade, a intercambialidade e o conteúdo cognitivo mais complexo das novas formas de produção, demandavam trabalhadores com elevado nível de conhecimentos técnicos e científicos;
- Frente a essas modificações do processo de produção, caberia ao sistema educacional formar esse novo tipo de trabalhador, dotado de um acervo de conhecimentos técnicos e científicos (Silva *apud* Romero, 1994, p.3).

Neste sentido, as perspectivas não foram boas para os trabalhadores nos anos 90. A política econômica adotada nos últimos anos, com forte dependência de investimentos internacionais e sujeito à instabilidade destes mesmos mercados, vem sinalizando um crescimento incompatível com a geração de empregos em nível exigido pelo mercado de trabalho.

Diante disso, esclarece Carmo (2003):

Com a reorganização econômica nos anos 90 tornou-se necessária a discussão da força de trabalho com vistas à solução dos problemas de emprego e competitividade. Um dos recursos apontados para tal solução foi a formação profissional, visando à

arregimentação de um pessoal qualificado, para garantir o desenvolvimento sustentado. Tal qualificação, por outro lado, exige cada vez mais, não apenas treinamento específico para tarefas ou postos de trabalho, mas, sobretudo o mínimo de conhecimento, atitudes e habilidades, que forma a competência e saberes necessários. Isto pode ser obtido e mantido mediante sólida educação geral e o processo de educação permanente – profissional ou de qualquer nível de reciclagem educativa e cultural. Diante disso a estrutura educacional e o modelo de oferta têm de ser construído, de forma bastante flexível, para atender as diferentes situações e acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas (Carmo, 2003, p.p.62-63).

A precarização das formas de trabalho (subcontratação, por exemplo) pode ser considerada com uma tendência que se afirma com a abertura de mercado e aumento da competitividade.

Assim, para os que mantêm seus empregos, as exigências são maiores não só na intensificação das formas de exploração laboral no universo capitalista, mas por uma condição de maior escolaridade e maior capacidade de adaptação frente às mudanças constantes, por parte dos trabalhadores.

Visto desta forma, no contexto dos condicionantes sociais do processo de reestruturação produtiva em curso, a questão da educação e a qualificação profissional tem tido grande destaque, na medida em que, como o próprio Castells (1999) observa:

a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação cujo acesso a *Know-How* tecnológico é importantíssimo para a produtividade e a competitividade. Empresas comerciais e, cada vez mais, organizações e instituições são estabelecidas em redes de geometria variável cujo entrelaçamento suplanta a distinção tradicional entre empresas e negócios, atravessando setores e espalhando-se por diferentes agrupamentos geográficos de unidades econômicas. Assim, o processo de trabalho é cada vez mais individualizado, a mão-de-obra está desagregada no desempenho e reintegrada no resultado através de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais, introduzindo uma nova divisão de trabalho mais baseada nos atributos/capacidades de cada trabalhador que na organização da tarefa (Castells, 1999, p.499).

Neste ambiente de globalização, a educação passaria a focar com mais ênfase o mercado altamente competitivo que se modificaria em função do avanço tecnológico freqüente e constante.

Em função desse cenário seriam exigidos trabalhadores capazes e com aptidão intelectual para adaptar técnicas e até mesmo mudar de função ou profissão no decorrer de sua atuação.

Como segundo Manfredi (2002, p.49-50) as visões representações sobre o trabalho, sobre as profissões e sobre sua relação com escolarização são na atualidade, muito variadas, expressando visões ambíguas e idealizadas, devemos estar atentos para o fato de que:

a educação, enquanto processo social, não gera trabalho nem emprego. Novos postos de trabalho e o aumento do número de empregos dependem, por um lado, de processos estruturais de organização da produção, da estrutura do mercado de trabalho, da estrutura ocupacional e dos mecanismos macroeconômicos e políticos que regulam o funcionamento das economias capitalistas nos âmbitos nacional e internacional. Portanto, mecanismos de crescimento econômico, como políticas de desenvolvimento, de criação de novos empregos, de distribuição de renda (entre outras), é que são responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e até de novas ocupações (2002, p.49-50).

Tendo em vista essas considerações, os debates relacionados à temática trabalho e educação exigem uma reordenação, que leve em conta essa tendência, na medida em que compreendê-la com mais profundidade, significa buscar as relações entre o sistema educacional e o processo de modernização tecnológica que impõe às antigas qualificações e competências dos trabalhadores novas exigências marcadas pela gestão e organização de modernos processos produtivos.

Nesse sentido, a educação que sempre lidou com cada especialidade de forma estanque, a tal ponto que quem estuda matemática, só sabe matemática, ficou restrita a seu campo de saber, assim como cada profissional ficou limitado a seu universo de estudo, preso a seus referenciais, todos profundamente separados e estratificados. Tornou-se, contudo necessário superar essa situação, na medida em que o impacto das novas tecnologias e inovações organizacionais têm levado a mudanças na estrutura ocupacional e deslocamentos setoriais. Ocupações que estamos habituados a conviver diariamente

passaram a ter seu destino “selado”: recepcionistas, caixas de banco, os acendedores de lampião, recadeiros, etc.

Sobre esta questão, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que reconhece, nomeia e codifica os títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro identificou àquelas que estão sendo “extintos paulatinamente”. No documento foram citados como exemplos: rádio telegrafistas, apontadores de produção engenheiros de vôo e surpreendentemente, a de telefonistas, que “estão sendo substituídos por sistemas automatizados de atendimento e operadores de telemarketing”, o que ilustra os três motivos que estariam levando às profissões à extinção: a obsolescência tecnológica, a mudança de processos e a de produtos. Ou seja, a máquina foi substituída por uma outra completamente diferente, o que redundou num aprendizado distinto e numa nova forma diferente de si trabalhar e de si relacionar com o produto em tempos anteriores. (Nunes, Jornal da Comunidade, 21 a 27/05/2005, B3).

No universo da Globalização, combinar a graduação universitária com uma especialização, pode significar o aumento das oportunidades de emprego e de melhoria salarial, como demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Carreiras Combinadas

Graduação	Carreiras Afins	Justificativa
Administração	* Psicologia * Comunicação	Importância de saber transmitir informações, lidar com as pessoas e trabalhar em equipe.
Agronomia	*Comércio Exterior *Logística	Com agrobusiness em alta o agrônomo precisa estar mais preparado para tratar com temas empresariais, de mercado e de logística, exportações e suas complexidades.
Direito	*Administração * Finanças * Mercados de Capitais	Crescimento da assessoria jurídica empresarial em razão de privatizações, fusões e aquisições.
Engenharia	*Marketing *Administração *Gestão de Projetos	Saber “vender” uma idéia, coordenação de projetos que interliguem áreas e aplicam novas tecnologias.

Nutrição	*Direito * Administração	Conciliar aspectos técnicos e legais relacionados a defesa do consumidor, visão geral de negócios e capacitação no planejamento de empresas.
----------	-----------------------------	--

Elaboração do quadro: própria autora com base na revista “Veja” (22/09/2004)

A respeito do assunto, diz Régnier:

Os grandes avanços alcançados pela educação no decorrer do século XX não conseguiram ir muito além de uma perspectiva reducionista do processo educativo, onde todos os esforços centraram-se na escolarização e ou profissionalização do indivíduo, visando adotá-lo tão somente de conhecimentos e habilidades que o tornem apto a competir com as informações que outros possuem e assim ganhar a vida na sociedade competitiva em que vivemos (1993, p.4).

E desta forma:

Toda a ênfase do processo educativo e profissionalizante recaiu no simples adestramento intelectual e motor capazes de instrumentalizar o indivíduo para ser útil à sociedade e se sentir parte cooperadora e inteligente do sistema dominante (Régnier, op.cit. p.4).

Sabe-se que a tecnologia é fruto da ciência aplicada na utilização de conhecimentos científicos. Consequentemente, esta envolve maior escolaridade, mais educação, mais qualificação. Mas se a modernização consegue produção cada vez maior com gradual eliminação do trabalho humano, prevê-se uma sensível diminuição do número de empregos, dada a longevidade maior do ser humano e as taxas de natalidade em crescimento, entre outros fatores.

Neste sentido, a inserção de novas tecnologias tem colocado muitos trabalhadores à margem do mercado de trabalho, ou seja, as funções se tornam flexíveis, permitindo a articulação e a rearticulação de funções voltas para os grandes processos automáticos e, cada vez maior parte dos trabalhadores fica alheio às decisões que integram esse processo. E, nesse movimento, aumenta o “exército de reserva” que não é composto somente por trabalhadores não-qualificados, mas trabalhadores mal preparados pela escola, instituições, etc.

Para Maria Eugênia Letelier em *Escolaridade e Inserção no Mercado de Trabalho*, um maior nível de escolaridade não assegurará melhores condições de vida, enquanto não modificarem as desigualdades originadas na estrutura do mercado de trabalho, pois justamente nesse período de transformações estão geradas novas segmentações que tendem a aprofundar a desigualdade. Desta maneira a autora assinala, o texto anteriormente citado, que:

As análises que durante estas duas últimas décadas, tem acompanhado a relação entre educação e trabalho, têm como ponto de partida as exigências que se colocam para o sistema educacional, mas são poucas as que se propõem a conhecer o impacto e as redefinições que os processos de reestruturação produtiva realizam sobre o mercado de trabalho, para com base nisso, definir o papel que a educação poderia vir a ter. Nesse sentido, o consenso alcançado sobre a necessidade de uma ampla educação de qualidade pode encobrir a falta de consumo gerada pelos processos de transformação de trabalho. Depois de décadas de planejamento estruturado dos recursos humanos, na atualidade não parece haver objetivos e procedimentos claros e adequados para qualificar a força de trabalho (Letelier, 1999, p.135).

E observa:

Numa perspectiva social, não deixa de ser preocupante que nossas sociedades estejam investindo em educação e não estejam gerando novos postos de trabalho de melhor qualidade e produtividade, sub-utilizando, assim a mão-de-obra. A realidade não é nova na América Latina, porém a novidade é a associação quase causal que hoje se faz entre a educação e aumento da produtividade. Com isto não só se atribuem à educação funções que excedem a sua finalidade, como também são ocultadas ou distorcidas as exigências de mudanças do próprio sistema produtivo para alcançar maior produtividade (Letelier, op.cit., p.139).

No entendimento de Mello (2002) criaram-se alguns consensos em nível internacional para a formulação das políticas educacionais; políticas essas, que definem parâmetros e preparam o homem para essa nova realidade, pois se hoje ninguém escapa dos avanços tecnológicos, é preciso que a sociedade seja preparada para incorporar de modo adequado os instrumentos tecnológicos. E assim a autora esclarece:

O primeiro item deste novo consenso é a importância estratégica fundamental da educação básica, sem a qual não será possível tirar o país de uma situação de crescente marginalidade em relação ao mundo moderno. Há cada vez menos lugar, hoje, para economias baseadas no trabalho desqualificado e mal pago, na exploração abusiva dos recursos naturais e na produção de mercadorias massificadas e de má qualidade (...)

O segundo item do consenso é a revalorização do processo de aprendizagem enquanto tal, fazendo com que o foco da atenção se volte para os problemas a ele relacionados. A crítica à escola convencional se faz, usualmente, em relação a dois aspectos: a condição sócio-econômica dos estudantes, escolas e professores, e os conteúdos esvaziados e burocratizados dos procedimentos educativos (2002, p.13-14).

Aqui convém lembrar que a educação não assegura por si só justiça social e não será somente, a marginalização, resgatando nas pessoas o respeito ao meio ambiente e a cidadania plena; mas, reconhecidamente ela é parte indispensável no esforço de tornar as sociedades mais democráticas.

Para o professor José Pastore, a relação entre tecnologia e emprego é entremeada de fatores econômicos, institucionais, pois a simples coincidência de avanços tecnológicos com o aumento do desemprego não é suficiente para provar a sua causa. E assinala:

As tecnologias podem ser negativas ou positivas para o emprego. Tudo depende do ambiente em que elas caem. Quando os seus benefícios são apropriados por poucos, o seu efeito é devastador. Quando os seus benefícios são apropriados por muitos, o impacto é criativo. Tecnologias em ambientes monopolistas dificultam o emprego. Em ambientes competitivos facilitam (Pastore, 1997, p.34).

Na compreensão acerca da relação progresso tecnológico e desemprego é importante salientar que na visão de Pastore “uma boa educação facilita a readaptação da mão-de-obra às novas tecnologias e aos empregos. Uma educação precária dificulta” (Pastore, 1999, p.60).

Contribuindo a este debate, Rocha (1997,p.13) observa que os avanços tecnológicos ao transformar a sociedade em seus hábitos e organizações abrem novas perspectivas ou impõe novas restrições e neste sentido “a introdução de uma tecnologia pode modificar as relações de trabalho e tornar obsoletas categorias profissionais”.

E exemplifica:

A introdução do motor à combustão em substituição à tração, modificou radicalmente as competências técnicas exigidas para aproveitamento das oportunidades de trabalho que foram geradas, ao mesmo tempo em que tornou obsoletas antigas ocupações (Rocha, op.cit.,p.13).

O que na visão do autor citado impõe em sua análise questões de natureza política e ética, sem, contudo implicar nesse comportamento:

Uma atitude maniqueísta, de aceitação pacífica ou de oposição ingênua as novas tecnologias, mas na necessidade de realização de um esforço de antecipação das implicações, oportunidades e alternativas tecnológicas, tanto para as relações sócio-econômicas quanto para o meio ambiente (Ibid. p.13).

Neste debate as questões ligadas a educação e a qualificação/desqualificação passam a ter uma importância fundamental nesse período de transformações tecnológicas, sociais, políticas, econômicas e educacionais, pois toda alteração gera um impacto, e este faz com que se repense toda estrutura que envolve mudanças.

Acredita-se que neste cenário, tecnologicamente avançado no processo produtivo, que o papel da educação não seja somente, transformar as pessoas em mão de obra qualificada, mas dar subsídios, para que adquiram possibilidades de acompanhar a multiplicidade de alternativas, estabelecendo uma visão crítica e criativa dos movimentos sociais, políticos e econômicos.

Desse modo, a necessidade de qualificação tornou-se um item fundamental na atual lista de exigências das empresas. Cada vez mais, as vagas se reduzem para os desqualificados. Para os estudiosos do assunto, a tendência é que o despreparo profissional aumente o número de miseráveis no Brasil e no mundo.

O debate sobre a qualificação se mantém constante na Sociologia do Trabalho sem que, no entanto se chegue a um consenso dos resultados observados. Neste sentido, caberia citar a afirmação de Servidoni (1997, p.65):

A qualificação já foi interpretada de várias formas, segundo as necessidades da época. Assim, na época da colonização, dentre os muitos analfabetos, qualificado era quem

sabia ler e escrever. Hoje esse atributo é implícito no conceito de qualificação. Durante o fordismo, por conseguir realizar o trabalho em menor tempo, o trabalhador parcial passou a ser mais interessante que o artífice que obtinha a produtividade menor ao executar as diversas operações da produção. O trabalho complexo e completo passou a se constituir entrave à acumulação e foi preciso simplificá-lo, adotando-se uma nova organização de trabalho subdividida. Observa-se que esta visão proporciona aos que não tinham habilidades de artífice, a possibilidade de ingresso na produção manufatureira, com tarefas especializadas, mesmo sem que possuíssem qualificação (1997, p.65).

E assim, ainda segundo Servidoni:

Atualmente, qualificação pressupõe conhecimentos de informática capacidade de abstração e pensamento lógico, conhecimentos de língua estrangeira, experiência de vivência em outros países, domínio da música que oferece acuidade visual, auditiva e motora, aliada à flexibilidade mental e sociabilidade, que elevaram fortemente as necessidades de qualificação media básica (1997, op.cit., p.67-68).

Para Naville, citado por Tartuce (2004), responder as perguntas “O que é qualificação” e “o que é trabalho qualificado” implica necessariamente admitir as distintas noções expressas nas diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais ela se inscreve, além da variedade de critérios que podem ser utilizados para definir e julgar o que é um trabalhador qualificado, em qualquer sociedade. Assim, a autora citada observa:

A sociedade moderna impõe, assim, uma certa forma ao significado da qualificação e à sua aquisição. O que é específico à análise da qualificação no modo de produção capitalista, ou melhor, nos regimes salariais? Ao introduzir a *separação* do trabalhador do produto de seu trabalho, o salariado também separa a formação do exercício do trabalho: antes, não se preparava o homem *para* o trabalho; ele aprendia *no* próprio trabalho. Instaura-se assim, simultaneamente, um processo de diferenciação entre *qualificação do trabalhador e qualificação do posto de trabalho* (Naville apud Tartuce , 2004, p.363).

E Naville, citado por Tartuce, acrescenta ao debate as considerações a seguir:

significa que, se a qualificação não nasce com o salariado, é com ele que ela se torna mensurável: as qualidades das pessoas passam a ser avaliadas economicamente, por meio de processos sociais e hierarquização que transformam essas qualidades em quantidade. Os atributos da força de trabalho, adquiridos no seio do sistema educativo, são comprados por um salário para permitir a criação e a circulação de bens e serviços necessários para a produção e reprodução da sociedade. A *qualificação*, caracterização da qualidade mais ou menos elevada do trabalho, situa-se assim na convergência do *sistema produtivo* e do *sistema educativo* (...) As aptidões formadas pela escola e pela educação cristalizam-se em uma aptidão específica que, quando reconhecida socialmente, torna-se qualificação (op cit., 2004, p.364).

O processo de reestruturação produtiva exigida para atender as novas demandas internacionais estabeleceu, por conseguinte, novas exigências de qualificação por parte dos trabalhadores. As aprendizagens tradicionais requeridas pelo tradicional mercado de trabalho estão sendo substituídas pela constatação de que cada vez mais são necessárias determinadas capacidades do trabalhador, entendidas no atual mercado de trabalho, como um ser integral, no qual, itens como boa formação, competência, flexibilidade, polivalência, associada a alta produtividade, moldaram um novo perfil do trabalhador, que almeja espaço no contexto da globalização econômica.

Porém, torna-se significativo ressaltar que os debates atuais em torno da questão da qualificação profissional, perpassam não apenas por uma qualificação no sentido formal, mas também que sejam agregadas competências e habilidades, provenientes de diversas instâncias que vai muito além do conhecimento científico, da formação profissional e da experiência de trabalho.

Em diversos estudos realizados, como o de Laranjeira (1997, p.37) ao citar Adler, observamos alguns elementos que apresentam uma certa unanimidade no que tange aos requisitos necessários ao debate referente a qualificação profissional requerida na reestruturação produtiva nos anos 90. E assim:

Hoje parece haver um certo consenso no sentido de reconhecer que o imperativo das pressões de concorrência, na medida em que tende a exigir participação e envolvimento de uma mão-de-obra bem-formada e em aperfeiçoamento constante, contribuiria para a elevação geral da qualificação. Esta, por sua vez, apresentaria alterações de conteúdo:

por exemplo, a responsabilidade, que anteriormente se baseava no comportamento (esforço, disciplina), hoje se manifestaria pela tomada de iniciativa (assegurar a continuidade do processo); a *expertise*, anteriormente baseada em experiências, hoje residiria no conhecimento (identificar e resolver problemas); a interdependência, anteriormente seqüencial (postos precedentes e subseqüentes), hoje seria sistêmica (trabalho em equipe, interdependência de funções e de níveis); a formação, anteriormente adquirida de uma só vez hoje seria permanente, com atualização freqüente (Laranjeira, 1997, p.37).

Diante das mudanças no mundo do trabalho e da crise estrutural do emprego, já não se pensa em “formar” para o posto de trabalho, mas “formar” para a empregabilidade, entendida “não apenas com a capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação”(Brasil. Ministério do Trabalho, 1995, p.9).

Vários autores reconhecem que as novas tecnologias de produção acirraram as discussões em relação às conseqüências da modernização sobre a qualificação, ocasionando a emergência de posturas diferenciadas sobre o tema e, assim de um lado encontram-se correntes otimistas, as quais apontam os benefícios desse processo, mas por outro lado, estão as correntes pessimistas que denunciam o aprofundamento da desqualificação e a conseqüente depreciação do trabalho decorrente do avanço tecnológico.

Neste debate, Oliveira (2003, p.34-35) observa que no caso brasileiro, mesmo o governo instituindo uma política de educação profissional que, na sua compreensão, pode contribuir para que os setores menos privilegiados ou normalmente excluídos do mercado de trabalho disputassem um emprego em melhores condições, seria incoerente desarticular uma política de emprego e renda das políticas econômicas e sociais adotadas pelo país e analisa :

Existe uma incapacidade de a própria economia gerar novos postos de trabalho. Não adianta se propagar que a maior qualificação, a desregulamentação das leis trabalhistas ou o entendimento entre trabalhadores e empresários produzirá o surgimento de mais empregos. É de fato necessário que o governo assuma sua responsabilidade neste processo, intervindo no setor, criando, inclusive, uma nova legislação trabalhista se for necessário. Mas isto tem que ocorrer em simultaneidade com a mudança de sua postura

em relação à política de desenvolvimento. Faz-se necessário que o governo opte por um desenvolvimento econômico direcionado para os interesses dos setores excluídos.

Segundo Manfredi (2002, p. 49) ao citar Pochmann:

Do ponto de vista qualitativo, o Brasil tem uma estrutura ocupacional do tipo piramidal, com grande concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores (que não requerem altos níveis de escolaridade e envolvem operações simples e rotineiras) e baixa concentração nas ocupações profissionais intermediárias e superiores (relativas a índices de escolaridade equivalentes ao ensino médio e superior e a trabalhos que requerem níveis de competência mais sofisticados).

Neste sentido, o sistema educacional vivencia de uma forma particularmente dramática, o imperativo da transformação da sociedade, a partir de um novo entendimento do processo de socialização das atuais gerações, o qual prioriza as reconversões sociais, destituindo-a de suas fontes tradicionais de identidade, pautadas nas categorias da preponderância dos aspectos quantitativos em detrimento da expansão qualitativa da educação.

No entanto, a novidade nessa discussão, remete a estreita relação entre competência e cidadania, na qual inserem-se as atuais estruturas ocupacionais baseadas na existência de três categorias de pessoal, citados por Tedesco (2001, p.47-48), baseados nos estudos de Alvin Toffler, conforme se seguem: o pessoal de serviços rotineiros, o pessoal de serviços pessoais e o pessoal de serviços simbólicos. Assim:

- Os serviços rotineiros implicam a execução de tarefas repetitivas levadas a cabo seja em atividades de produção de escala, seja em atividades repetitivas de empresas modernas (alimentar os computadores com dados, por exemplo)”;

- Os serviços pessoais também supõem a realização de tarefas rotineiras e repetitivas que não requerem muita educação. Mas a principal diferença com os serviços rotineiros é que os serviços pessoais efetuam-se cara a cara e não podem ser oferecidos globalmente. O trabalhador trabalha só ou em pequenos grupos (serventes, babás, empregados de hotéis, caixas, taxistas, mecânicos, encanadores, carpinteiros, etc., e não no quadro de empresas com significativa produção em escala);

- Os serviços simbólicos, por último são aqueles que se referem aos três grandes tipos de atividade que se realizam nas empresas de alta tecnologia: identificação de problemas, solução de problemas e definição de estratégias. Nesse grupo incluem-se os projetistas, os engenheiros, os cientistas e pesquisadores, os responsáveis por relações públicas, os advogados, etc. (Tedesco, 2001, p.47-48).

Visto desta forma, segundo Tedesco (op.cit, p.49), as empresas modernas estariam realizando suas atividades através de um paradigma de funcionamento baseado no desenvolvimento pleno das melhores capacidades do ser humano, o que nos deixaria vivenciar um momento histórico inédito, na qual as capacidades para o desempenho no processo produtivo seriam as mesmas requeridas para o papel de cidadão e para o desenvolvimento pessoal. Para o autor citado:

No sistema capitalista tradicional de produção em massa, ao contrário, gerava-se um funcionamento paralelo, às vezes contraditório, entre as exigências da formação do cidadão e do desenvolvimento pessoal, por um lado – nos quais as qualidades postuladas eram a solidariedade, a participação, a criatividade, o pensamento crítico -, e as exigências da formação para o mercado de trabalho, por outro – a disciplina, a obediência, a passividade, o individualismo. Nos novos modelos de produção, porém, existem a possibilidade e a necessidade de pôr em jogo as mesmas capacidades requeridas nos níveis pessoal e social (Ibidem, p.49).

Marcada pela estagnação, a década de 90, foi também início da inserção do Brasil na nova economia mundial. O salto histórico, ao impor o trinômio educação, competitividade e tecnologia, expôs o nervo da contradição: o país precisa crescer para acompanhar o ritmo da globalização, mas o seu ingresso na modernidade, não será possível, sem a superação das iniquidades sociais, que reprimem o aumento da produtividade e a competitividade de nosso país.

Desta forma, a remoção de barreiras ao ingresso no mercado de trabalho exige a qualificação profissional dos milhões de brasileiros, hoje excluídos no processo de reestruturação produtiva dos quais, chamamos a atenção para o que ocorre com o segmento jovem da sociedade brasileira, principalmente aos pertencentes às famílias de baixa renda, conforme observado por Pochmann (2004):

Para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda, somente 41,4% possuem empregos assalariados, sendo ainda bem menor o contingente de ocupados assalariados com contrato formal (25,75%). Sem acesso ao assalariamento e, sobretudo, ao contrato formal, há inequivocamente maior exclusão dos benefícios da legislação social e trabalhista para os jovens de baixa renda no Brasil (op.cit., p. 386).

Pochmann, no mesmo estudo acrescenta:

Ainda com relação ao funcionamento do mercado de trabalho, verifica-se que o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior (26,2%) que o desemprego dos jovens de renda elevada (11,6 %). Por fim, cabe ainda destacar a relação entre o nível de renda e a educação. Uma vez que, entre os jovens pobres, apenas 38,1% estudavam, ao passo que, entre os jovens ricos inativos, 80 % estudavam (Ibidem, p.386-387).

Observar-se o que ocorre com o segmento jovem da sociedade brasileira torna-se fundamental neste debate, pois num contexto de transformação produtiva orientada para conseguir maior competitividade no mercado internacional e de políticas que envolvam o papel da educação e da qualificação profissional para alcançar a equidade, os dados sobre o mercado de trabalho evidenciam que a relação entre nível de escolaridade e renda está debilitando-se, ou seja o nível de escolaridade e qualificação dos trabalhadores tem cada vez mais menor incidência em sua remuneração.

Em relação a esta problemática, Pochmann (2004, p.390-391) acrescenta ao debate que o alongamento da expectativa média do brasileiro - em dez décadas, simplesmente dobrou, passando de 33,4 anos para 63,5 anos para homem e de 34,6 anos para 70,9 anos no caso da mulher – exige um novo papel à educação, que deve estar presente de forma continuada ao longo do ciclo de vida.

Visto desta forma Ricupero (2001, p.100) deixa claro que o desenvolvimento é um processo complexo de aprendizagem, do qual o elemento econômico é componente importante, mas não exclusivo e afirma:

Nas revoluções da informação, o mais difícil não é tanto o acesso às invenções mecânicas, aos instrumentos materiais, os tipos móveis de imprensa ou os computadores. O que conta, de verdade, é a mudança da mentalidade, a disposição e a capacidade de modificar atitudes e comportamentos, a fim de tirar o melhor proveito possível das

inovações. O êxito não é automático nem assegurado; dependerá de um processo de aprendizagem contínua, em razão do fluxo veloz e incessante de novas informações. Para isso, é preciso transformar os métodos tradicionais de formação no sentido de começar por aprender a aprender (Ricupero, 2001, p.100).

Constata-se desta lógica, o tema qualificação insere-se no universo da educação como etapa primordial exigido como um dos eixos fundamentais no rol das soluções aos atuais problemas de inserção e reinserção de trabalhadores no atual processo de reestruturação produtiva exigido para atender as novas demandas internacionais.

Capítulo 5

EDUCAÇÃO E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL O CASO BRASILEIRO

No cenário globalizado, construído a partir da década de 90, a questão dos recursos humanos tem merecido reconhecido destaque, na medida em que a competitividade internacional entendida como elemento de sua sustentação permanece inserida como fator determinante na posição das nações e das corporações no atual processo de reestruturação produtiva.

Neste sentido, as mesmas forças que tornavam o antigo conceito de vantagem comparativa menos decisivos na estrutura internacional em curso, também as tornaram, com frequência, extremamente passageiras, quando a capacidade de competir associada a um conjunto de fatores oriundos de ações estratégicas pontuais das nações, produziram uma nova concepção de crescimento e desenvolvimento econômico, dissociados dos obsoletos conceitos atrelados exclusivamente aos atributos naturais, os quais definiram a supremacia das nações em períodos anteriores.

Numa visão crítica e trazendo a discussão para o âmbito empresarial, Porter (1989, p.86) afirma ao citar Schumpeter:

A competição tem caráter profundamente dinâmico. A natureza da competição econômica não é o equilíbrio, mais um perpétuo estado de mudança. Melhoria e inovação numa indústria são processos que não terminam nunca, não são coisas que acontecem uma vez só, definitivas. As vantagens de hoje são logo superadas ou anuladas. No centro da explicação da vantagem nacional numa indústria deve estar o papel do país sede no estímulo à melhoria competitiva e à inovação. Devemos explicar porque um país proporciona um ambiente no qual as empresas melhoram e inovam; e continuam assim num ritmo mais intenso e na direção adequada, se comparadas às suas rivais internacionais (1989, p.86).

Sob este aspecto, cabe fazer algumas considerações em relação aos determinantes de mensuração da capacidade dos países para o monitoramento das ações e políticas perante os desafios dos processos de globalização, de abertura de mercados e de competição internacional.

O Instituto de Desenvolvimento da Universidade de Harvard dos Estados Unidos publica periodicamente o Índice de Competitividade referente a 53 países, com vista a estabelecer a correlação existente entre os fatores determinantes da competitividade e as taxas de crescimento econômico desses países explicitados como se seguem:

- 1) *Abertura da economia*: atualmente, a maioria dos economistas acredita que as políticas orientadas para “fora do país”, que tendem a integrá-los à economia mundial mediante o comércio internacional, podem melhorar o bem estar econômico dos países;
- 2) *Governo*: a “prosperidade econômica” depende da “prosperidade política”: um país com um sistema judiciário eficiente, funcionários públicos honestos e um sistema legal estável, poderá desfrutar de um melhor padrão de vida porque os incentivos que induzem o comportamento dos agentes econômicos serão apropriados para estimular o crescimento econômico;
- 3) *Sistema financeiro*: a característica distintiva do mercado financeiro é papel de relacionar o presente com o futuro. Os que oferecem fundos para empréstimos, os que poupam, desejam converter parte da sua renda presente em poder de compra futuro e, os que demandam esse fundos, os que tomam emprestado, desejam investir hoje para aumentar o capital e poder produzir mais bens e serviços no futuro;
- 4) *Infra-estrutura*: sem uma infra-estrutura apropriada ou deficitária em transportes, energia, telecomunicações e saneamento, um país dificilmente poderá explorar o seu potencial de crescimento;
- 5) *Tecnologia*: o conhecimento tecnológico, ou conhecimento da melhor maneira para produzir bens e serviços, constituem fator decisivo da produtividade;
- 6) *Gerenciamento*: no cenário globalizado, torna-se consenso que um país não “vende” somente o que ele produz, mais também “vende” o que ele é, ou a percepção - imagem - do país;

- 7) *Mercado de trabalho*: é amplamente aceito que a qualidade e quantidade de mão de obra de uma economia são determinante da produtividade dessa economia;
- 8) *Instituições*: as instituições sociais sólidas constituem, em seu conjunto, a pedra angular dentre os fatores determinantes da competitividade (Bugarin e Bugarin, 1999, p.88-91).

Neste panorama, em relação aos itens anteriormente analisados, estudos recentes tendem a redimensionar a questão da interação - educação e qualificação - exigida da mão de obra como um dos mais significativos requisitos na busca da competitividade.

Outros estudos, na busca pela compreensão dos principais instrumentos que impulsionam as transformações atuais e as mudanças em curso, servindo de fontes de competitividade na economia globalizada, produzidos pela dinâmica da concorrência entre os agentes econômicos e os agentes locais (países, regiões, áreas econômicas), podem ser encontrados em Dall'Acqua (2003, p. 51-52) ao citar Castells, como se segue:

- 1) *capacidade tecnológica*, a qual se refere á articulação adequada de ciência, tecnologia, gerenciamento e produção em um sistema de níveis complementares em que cada nível é abastecido pelo sistema educacional dotado de recursos humanos com as qualificações e mercado influente s e em quantidades necessárias;
- 2) *um grande mercado afluyente integrado*, como a União Européia, os Estados Unidos – Zona de Livre Comércio da América do Norte – ou, em menor escala, o Japão. A melhor posição competitiva é a que capacita as empresas a operarem incontestadas em um desse grandes mercados e ainda ter possibilidade de acesso a outros, com o menor número possível de restrições;
- 3) *diferencial competitivo entre os custos de produção e os preços do mercado de destino*, ou seja, a formula vencedora é a soma de excelência tecnológica/administrativa e custos de produção mais baixos que os da concorrência, sendo que custos mais baixos e excelência tecnológica devem ser entendidos em termos relativos;
- 4) *capacidade política das instituições nacionais e supranacionais para impulsionar a estratégia de crescimento desses países ou regiões sob jurisdição*, incluindo a criação de vantagens competitivas no mercado internacional para as empresas incluídas no rol

das que servem aos interesses das populações de seus territórios, gerando emprego e renda (2003, p.51-52).

Visto deste modo, os desafios necessários para a inserção brasileira no ambiente competitivo internacional, impostos na nova agenda, traz à luz as discussões acerca das fragilidades do nosso sistema educacional e sua conseqüente precária qualificação de parcela significativa da nossa força de trabalho.

Com base em pesquisa divulgada pelo Fórum Econômico Mundial, no último ano sobre a competitividade no mundo, o Brasil está se tornando “um lugar cada vez menos interessante para negócios, visto pois que o nosso país caiu três posições no ranking da competitividade global, de 54º para o 57º, apesar de todo o ajuste feito pelo Governo Lula na economia para o combate à inflação (Nunes, Correio Braziliense, 14/10/2004).

Segundo dados da pesquisa anteriormente citada, que consultou 8,7 mil líderes empresariais em 104 países, o relatório divulgado deu especial atenção ao ambiente macroeconômico dos países analisados, à qualidade das instituições públicas, que são considerados a base do processo de desenvolvimento e ao nível de preparo tecnológico das economias.

Foram eleitos a Finlândia, os Estados Unidos e a Suécia, como os três países mais atrativos para se fazer negócios. Na ponta extrema do ranking ficaram Angola, Etiópia e Chad (Quadro 2).

Quadro 2 – Ranking da Competitividade Internacional em 2004

Colocação	País
1º	Finlândia
2º	EUA
3º	Suécia
4º	Taiwan
15º	Canadá
22º	Chile
57º	Brasil
102º	Angola
103º	Etiópia
104º	Chad

Elaborado pela própria autora

Fonte: Fórum Econômico Mundial - 2004

Nunes, Correio Braziliense, 14/10/2004

De acordo com os dados auferidos o Brasil, bem como os demais países da América Latina, perdem espaço no cenário internacional, devido aos processos de instabilidade política, excesso de burocracia e corrupção endêmica, observados em muitos dos países latino-americanos.

Porém o Brasil difere-se de seus parceiros latino-americanos por apresentar indicadores melhores de competitividade de concentração empresarial em regiões específicas, como o sul e o sudeste, se contrapondo aos indicadores de crescimento competitivo, que mostram melhor os dados nacionais e consideram o país como um todo.

Apesar do restrito desempenho da América Latina, a pesquisa mostrou ainda que o Chile, subiu da 28ª para a 22ª posição, aproximando-se desta forma das nações desenvolvidas em termos de vantagem competitiva.

É indiscutível reconhecer o papel exercido pela fragilidade do sistema educacional brasileiro, uma vez que entre outros fatores - instabilidade política, dificuldade de acesso ao financiamento, ineficiência burocrática, impostos, crimes e furtos - a baixa escolaridade da

força de trabalho brasileira, foi novamente apontada, como causa da ainda pequena capacidade competitiva do país, apesar das ações na área social que o país tem feito.

Na análise de Tedesco (2001, p.45) a crise do modelo educacional brasileiro se localiza mais no vínculo entre qualidade e quantidade do que na qualidade da educação em si mesma, pois no modelo tradicional de educação esse vínculo era muito direto e linear: níveis mais altos de complexidade qualitativa estavam associados a menor quantidade de indivíduos capazes de ter acesso a eles. Na nova realidade isso não existe mais e a universalização da matrícula escolar em todos os níveis, que ocorreu particularmente a partir da década de 60 rompeu este equilíbrio tradicional, provocando um “excesso de certificação” educacional em relação a hierarquia social, o que explica a desvalorização geral dos diplomas e a crescente falta de correspondência entre nível educacional e postos de trabalho.

Diante do exposto é importante ressaltar a experiência internacional naquilo que se refere a estreita relação entre educação e qualificação dos recursos humanos de acordo com os novos requisitos, no qual destacam-se duas situações distintas, de articulação deste cenário, a saber: a brasileira e a coreana; cujos modelos educacionais implantados produziram trajetórias diferenciadas na dimensão internacional.

No caso dos países asiáticos é importante a sua análise em relação a situação brasileira, pois mostra que sem apelar para soluções de curto prazo, ou para medidas paliativas, alguns deles lograram, num espaço de 10 a 20 anos, praticamente universalizar o ensino básico de qualidade, alçando países como a Coreia do Sul, que vivenciou as seqüelas dos modelos de desenvolvimento de economia dependente, como o Brasil, a patamares “inimagináveis”, em termos de competitividade internacional.

O Brasil tem muito o que aprender com os coreanos, cuja miserabilidade registrada através da mídia internacional nos anos sessenta, oriunda de uma guerra civil, que deixou um saldo de aproximadamente 1 milhão de mortos, além de uma economia em ruínas, construiu ao longo de quatro décadas um abismo que separa as duas nações, através de uma verdadeira “revolução educacional” que fez do modelo coreano referência mundial.(Weinberg, Revista Veja, 16/02/05).

Assim, no contexto dos condicionantes do processo de reestruturação do modelo adotado pelos coreanos pós década de 60, algumas reflexões indicam os caminhos trilhados

por ambos os países – Brasil e Coréia do Sul – o qual resultaram em anos posteriores, em situações distintas, apesar de ambos, como já foi ressaltado anteriormente, serem oriundos de típicos modelos de desenvolvimento financiado com recursos externos e promotores de exportação de manufaturados, principalmente.

Sobre essa problemática, a Tabela 1 (“O fenômeno coreano”) apresenta quadro comparativo, entre o Brasil e a Coréia do Sul nos aspectos renda per capita, taxa de analfabetismo e mortalidade infantil:

Tabela 1 – O Fenômeno Coreano

Renda per capita*	1960	2005
Brasil	1800	7500
Coréia	900	17.900
Taxa de Analfabetismo**	1960	2005
Brasil	39%	13%
Coréia	33%	2%
Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos)	1960	2005
Brasil	121	27,5
Coréia	70	5

Elaborado pela própria autora.

Fonte: Banco Mundial e Pnad/ IBGE (Weinberg, Revista Veja, 16/02/2005)

Nota da autora: *Valores constantes em dólares PPP de 2003.

**Segundo o critério que divide o total de matrículas pela população de 18 a 24 anos.

Portanto, com base nas informações apresentadas no quadro anterior, percebe-se a importância de se consolidar modelos de desenvolvimento, cujo investimento maciço na escolaridade básica e preparação para o trabalho podem se transformar em elementos propulsores para o crescimento do país.

Enquanto, os coreanos realizaram vultosos investimentos no ensino fundamental, o Brasil preferia canalizar seus “minguados” recursos para a universidade ou em projetos e campanhas “mirabolantes” de erradicação do analfabetismo, os quais se perdiam nas sucessivas trocas de governo.

Os coreanos praticamente erradicaram o analfabetismo, além de colocarem 82% dos jovens na universidade, o Brasil mantém 13% da população analfabeta e tem apenas 18% dos estudantes na faculdade. Os coreanos não apenas priorizaram a educação mais do que o Brasil – a Coréia do Sul investe 6,8% em relação ao PIB, o Brasil canaliza apenas 5,2% do PIB – seus professores destinam mais tempo na preparação das aulas e a família tem participação maior na educação de seus filhos. Os coreanos gastam duas vezes mais na formação de um universitário do que na de um aluno do ensino fundamental, o que é uma proporção equilibrada para padrões internacionais; no Brasil um universitário custa dezessete vezes mais. Portanto, o Brasil gasta mais, e ainda utiliza mal o dinheiro investido.(op.cit., 16/02/05).

No entanto, representa um equívoco pensar que o mero “transplante integral” do modelo asiático de educação seria a solução para a crise da educação no Brasil, pois valores culturais distintos de ambos os países – sistemas hierárquicos muito distante de nossa sociedade) poderiam se tornar elementos impeditivos para a transformação do nosso modelo educacional.

Outro dado que também coloca em risco a capacidade competitiva do país pode ser encontrado num documento de 194 páginas, intitulado *Doing Business 2004* (Fazendo Negócios, 2004), no qual o Banco Mundial classificou 133 países por sua capacidade de incentivar o crescimento econômico e a geração de empregos.

De acordo com os itens pesquisados foram considerados aspectos da chamada microeconomia, que os analistas chamam de “economia real”, que detalham como as leis e a burocracia dos países interferem no processo natural de “nascimento, vida e morte das empresas”. Nestes aspectos o “Brasil saiu-se muito mal, haja vista que o estudo demonstrou que a legislação e o emaranhado burocrático brasileiro asfixiam a atividade empresarial, fornecendo um “poderoso obstáculo à criação de empregos, além do incentivo à sonegação e à corrupção”. (Alcântara e Silva, Revista Veja, “O Brasil entre os piores do mundo”, 28/01/2004).

Como exemplo, os Quadros 3 e 4 retratam alguns destes obstáculos :

Obstáculos ao Crescimento Econômico

Quadro 3 – Burocracia para abrir uma empresa

Colocação	País	Duração do processo(dias)
1º	Austrália	2
2º	Canadá /Nova Zelândia	3
9º	Inglaterra	18
73º	Brasil	152

Elaborado pela própria autora

Fonte: *Doing Business 2004* (Alcântara e Silva, Revista Veja, 28/01/2004)

Quadro 4 – Burocracia para fechar uma empresa

Colocação	País	Anos de espera
1º	Irlanda	0,4
2º	Japão	0,6
6º	Austrália/Hong Kong/ Inglaterra	1
47º	Brasil	10

Elaborado pela própria autora

Fonte: Idem

Diante dessas questões, a articulação entre o tripé educação, qualificação profissional e competitividade tem conseguido superar os desafios de uma agenda internacional destinada a consolidação de sistemas competitivos desde que objetivem a busca de competitividade internacional, aliada ao mínimo de coesão social e legitimação dos suas propostas, e isto requer o reconhecimento explícito das contradições e dos efeitos perversos que impedem a alavancagem do processo como um todo.

Por conseguinte, o desafio proposto ao Brasil é urgente e difícil. Urgente, porque não é possível elevar a capacidade competitiva do país sem aumentar substancialmente o perfil de preparação do trabalhador brasileiro para o mercado de trabalho globalizado e difícil, sem a mesma estar associada a uma visão de longo prazo das políticas públicas como um todo.

Capítulo 6

CONCLUSÃO

O objetivo central do presente trabalho foi analisar os principais elementos que devem subsidiar as estratégias de políticas públicas, como condição necessária para o sucesso dos países frente a reestruturação produtiva ocorrida nos últimos anos.

Num contexto em que a partir da década de 90 a abertura da economia nacional com a finalidade de se obter uma maior competitividade de suas atividades produtivas, a desregulação dos mercados, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a privatização das empresas públicas, o corte nos gastos sociais e o controle do déficit não foram suficientes para o aumento significativo da capacidade competitiva do país, o discurso acerca de maior qualidade da escolaridade e preparação da mão-de-obra do trabalhador brasileiro surge como uma necessidade emergencial em virtude da reorganização da economia brasileira nos últimos anos.

A educação proposta no contexto da economia atual está diretamente vinculada as necessidades do mercado de trabalho e neste cenário a promoção de uma educação de qualidade é muito mais necessária que em tempos atrás, na medida em que o processo de globalização em curso trouxe em seu bojo a constatação de que no futuro só terão espaço os países que souberem dar aos seus cidadãos uma educação de alta qualidade. Pois caso contrário, sem esta, não produzirão conhecimento, não saberão lidar com as inovações tecnológicas, enfim não saberão como competir no mercado internacional.

No entanto, a mobilização por uma educação de qualidade tem de ultrapassar as fronteiras das escolas e dos governantes. É tarefa na qual os setores privados não podem se omitir da necessidade de mobilização.

O mercado de trabalho brasileiro é um exemplo vivo no que diz respeito aos índices de desemprego associados basicamente ao crescimento da informalidade incentivado entre outros fatores pelo declínio das ocupações tradicionais. No cenário global já passou a época em que as oportunidades de desenvolvimento se remetiam em condições objetivas, como

disponibilidade de mão-de-obra semiqualficada e barata, e dessa forma atendiam ao padrão de adestramento do trabalhador temeroso da modernidade.

O padrão de desenvolvimento vivenciado no paradigma atual, produziu a transferência de mão-de-obra e do capital para atividades em expansão, produzindo o crescente enxugamento dos setores tradicionais e o conseqüente revitalizamento das atividades de serviços, e dessa forma redesenhando um novo perfil de empregabilidade condizente com a conjuntura recente.

O Brasil nos últimos anos tem demonstrado uma forte tendência de seguir o mesmo caminho de outros países semelhantes, os quais não podem se omitir ao que tem sido observado no mercado de trabalho e do que ainda deve acontecer nos próximos anos, ou seja, no mundo hoje, os impactos das mudanças tecnológicas demandam trabalhadores mais qualificados e, com um bom nível educacional, preparados para atuar em todos os setores da economia.

Em suma, o que será realmente necessário, no futuro, para conseguir a inserção significativa do trabalhador brasileiro no mercado de trabalho globalizado são habilidades e qualificações cujo foco central baseiam-se no profissional como indivíduo, independente de setor, atividade ou especialização a que se dedique porém pautadas em valores e atitudes inovadoras e criativas que uma preparação de qualidade para o trabalho lhe proporcionará.

Bons investimentos, uma educação de qualidade, leis trabalhistas mais condizentes com a conjuntura moderna, instituições eficientes, são alguns dos elementos fundamentais para o nosso desenvolvimento. Outros requisitos fundamentais têm de ser preenchidos, dos quais vale ressaltar a qualidade do ambiente político-institucional e macroeconômico interagindo com a do ambiente microeconômico de negócios, pois a partir desta interação é que resultarão a promoção da riqueza e da prosperidade das nações, bem como a sustentação dos estágios já alcançados no ranking global de competitividade.

BIBLIOGRAFIA

ADLER, Paul S. E. Automation et qualifications. Nouvelle orientation. In: LARANJEIRA, Sônia M. G. Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 33, ano 12, fevereiro de 1997.

ALCÂNTARA, Eurípedes e SILVA, Chrystine. O Brasil entre os piores do mundo. **Revista Veja**, São Paulo: Abril, edição 1838, ano 37, n. 4, 28/01/2004, p.72-79.

ARAÚJO, Rubens. À beira da extinção. **Jornal da Comunidade**. Brasília, 21 a 27 de maio de 2005, caderno Profissões, B 3.

BESSONE, Flávia. A América Latina e a competitividade. Sem tecnologia, o futuro é negro. **Revista Rumos**. Brasília-DF, outubro/2000, p.4-8. Entrevista.

BRASIL/Ministério da Educação/INEP <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bve> [acesso em 27 de maio de 2005].

BRASIL/MTb - Ministério do Trabalho/Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: SEFOR, 1995.

BUGARIN, Mirta N. S. e BUGARIN, Maurício S. Globalização, produtividade e competitividade. **Ser Social**. Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Política Social. SER/UNB, n.4, janeiro a junho de 1999, p.75-102

CARMO, Jefferson Carriello do. Reestruturação produtiva e competência: seus desdobramentos para a educação. **Revista de Estudos Universitários**. Sorocaba, São Paulo, v.29, n.1, junho 2003, p.43-65.

CARVALHO, Rogério D. Tecnologia, trabalho e empregabilidade no cenário da globalização. In: SUDBRACK, Edite Maria e SITYA, Celestina V. (orgs). **Anais-Conferências das VIII Jornadas Transandinas de Aprendizagem – Frederico Westphalen**, 19/10/2000: Ed. URI, 2000, p. 109-123.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo Edgar A. (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.102-108.

DALL'ACQUA, Clarice Torrens Borges. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.

FOGAÇA, Azuete e EICHENBERG, Luiz C. Educação básica e competitividade. In: REIS VELLOSO, João Paulo e ALBUQUERQUE, Roberto C. (coord.) **As bases do desenvolvimento moderno**. São Paulo: Nobel, 1993 (Fórum Nacional – Educação e Modernidade), p.83-136.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Editorial Paulista, 1997.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LETELIER, G. Maria Eugênia. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.107, jul/1999, p.133-148.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MASI, Domenico de. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília-DF, Ed. da UNB, 1999.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NAISBITT, John. **Megatendências – as dez grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna**. São Paulo: Círculo do Livro/Livros Abril, 1983.

_____. **Paradoxo Global: quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os protagonistas menores: nações, empresas e indivíduos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

NOGUEIRA COSTA, Carlos Aníbal e ARRUDA, Alberto (orgs) **Em busca do futuro: a competitividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NUNES, Vicente. Brasil menos competitivo. **Correio Braziliense**. Brasília, 14/10/2004, caderno Economia, p.9.

OLIVEIRA, Ramon de . **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v.101).

PASTORE, José. O mito da destruição dos empregos. **Revista Exame**. São Paulo, 13/08/1997, p.34,

_____. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Mitos sobre o desemprego. **Conjuntura Econômica**. FGV/IBRE, v.53, n. 12, dezembro de 1999, p.58-60.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.25, n.87, maio/ago.2004, p.383-389.

RÉGNIER, Karla Von D. Alguns elementos sobre a racionalidade dos modelos fordista, taylorista e toyotista. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v.23, n.2, maio/ago 1997, p.35-41.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2001 (Série Livre Pensar; v.11).

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

ROCHA, Ivan. **Ciência, tecnologia e inovação – Conceitos básicos**. Edição SEBRAE, 1997.

SERVIDONI, Marlene Maria M. **Nos (des) caminhos do trabalho: o conhecimento como poder de barganha da classe trabalhadora**. Campinas/SP.1997, 127p., Dissertação (Mestrado em Educação na Área de Metodologia do Ensino) Faculdade de Educação, UNICAMP.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos. Globalização, Estado Nacional e Democracia: as transformações do capitalismo e seus impactos econômicos, sociais, políticos e espaciais. **Economia e Pesquisa**. Revista da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba/SP, v.6, n. 6, março de 2004, p. 19-49.

SILVA, Tomás Tadeu da. As novas tecnologias e as relações entre educação e produção. In: ROMERO, Carlos Cortez. **O futuro da sociedade do trabalho e propostas para a educação**. Boletim Técnico do SENAC 20 (3), set/dez, 1994, p.3-21.

TARTUCE, Gisela L. B. P. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.25, n.87, maio/ago 2004, p.353-382.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2001. (Série Educação em Ação).

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VEJA. Carreiras combinadas. São Paulo: Abril, edição 1872, ano 37, n.38, 22/09/2004, p.122.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos da metodologia científica**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WEINBERG, Mônica. 7 lições da Coreia para o Brasil. **Revista Veja**. São Paulo: Abril, edição 1892, ano 38, n.7, 16/02/2005, p.60-69.